



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**  
**(Do Senhor Nereu Crispim – PSD/RS)**

Revoga tratamento tributário favorecido das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; Estabelece normas gerais para destinação do recurso orçamentário e financeiro em decorrência do superávit fiscal produto da arrecadação por revogação das renúncias fiscais, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Ficam revogadas as isenções tributárias, as moratórias concedidas e as deduções autorizadas, por meio lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, com todos os seus efeitos, na forma das seguintes disposições:

I - Ficam expressamente revogados e sem efeito o Art. 1º, caput, e §§ 1º ao 6º, o Art. 2º, caput, o art. 3º, caput, e respectivos parágrafos 1º ao 7º, Art. 4º, caput, o Art. 5º, caput e §§ 1º ao 8º, Art. 6º, caput, e §§ do 1º ao 12, Art. 7º, caput, Art. 8º, caput, art. 11, caput, todos da lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, com efeito repristinatório imediato da redação das disposições por ela modificada ou alterada; e

II - Ficam expressamente revogados e sem efeito I, IV, V, VI, XI, do caput, o § 1º, caput, o § 2º, caput, e os incisos I ao III, o § 3º,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS**

caput, o § 4º, caput, o § 6º, caput, o § 7º, caput, e incisos I ao V, o § 8º, caput, o § 9º, caput e incisos I ao III, o § 11, caput, o § 12º, caput, todos do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997.

§ 1º Os valores relativos ao montante da renúncia fiscal, deduções, suspensões e da moratória decorrentes da aplicação do disposto nos §§ 1º ao 6º do art. 1º e nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, e do disposto nos incisos I, IV, V, VI e XI, do caput, o § 1º, caput, o § 2º, caput, e os incisos I ao III, o § 3º, caput, o § 4º, caput, o § 6º, caput, o § 7º, caput, e incisos I ao V, o § 8º, caput, o § 9º, caput e incisos I ao III, o § 11, caput, o § 12º, caput, todos do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, incluídos nos demonstrativos a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanham os projetos de lei orçamentária anuais da União, constantes das propostas orçamentárias do exercício de 2017 e subsequentes até a data da revogação, por força da obrigação imposta ao Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), diante da revogação de que tratam os incisos I e II do Art. 1º desta Lei, servirão de base de cálculo a fim de demonstrar suficiência a garantir o equilíbrio fiscal entre as receitas previstas e despesas fixadas e os seguintes impactos financeiros previstos nesta Lei.

- a) 70,0% (setenta por cento), para custear o financiamento do equilíbrio econômico e financeiro nas contratualizações de ações e serviços em saúde, complementar, ao SUS, no âmbito





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS**

dos procedimentos classificados nos níveis de Média e Alta Complexidade;

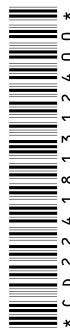
- b) 30,0% (trinta por cento) para financiar o Fundo de Estabilização de preços dos Combustíveis, destinados a custear subsídios ou subvenções econômicas mediante contrapartida de garantia de periodicidade mínima anual para qualquer reajuste com aumento no preço do petróleo e combustíveis derivados básicos do petróleo e ao gás de cozinha, destinados ao consumidor em território nacional.

§ 2º Nos termos do art. 198, §§ 1º, 2º e 3º, inc. II, o rateio dos recursos da União, previstos no parágrafo anterior, vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais, adotará como critério prioritário a cobertura às redes integradas e municípios mais vulneráveis à manutenção da assistência e atenção à saúde.

Art. 2º Nos termos do art. 167, da Constituição Federal, ficam autorizadas:

I – A Inclusão na lei orçamentária anual dos valores de que tratam este artigo, para o financiamento das ações, programas e de projetos, nos termos definidos nas alíneas “a” e “b”, do § 1º, do art. 1º nesta lei;

II - A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas nos limites dos créditos orçamentários ou adicionais tendo por base as





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS**

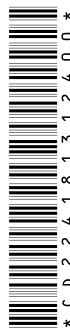
previsões de receita previstas pela revogação da renúncia fiscal do §1º, deste artigo;

III - A realização de operações de créditos, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade de suportar os impactos financeiros definidos nas alíneas "a" e "b", do § 1º, do art. 1º, desta lei;

IV - A vinculação de receita da alínea "b", do § 1º, do art. 1º deste artigo à prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º da Constituição Federal para o financiamento previsto, a fim de garantir a operacionalização financeira e orçamentária decorrentes das atualizações e reajustes e à cobertura das diferenças devidas em razão da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

V - A abertura de crédito suplementar ou especial no valor total de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) anuais a serem destinados conforme definidos nas alíneas "a" e "b", do § 1º, do art. 1º, desta lei, tendo por base os recursos correspondentes à arrecadação prevista pela revogação da renúncia fiscal do § 1º deste artigo;

VI - Fica especificamente autorizada a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade de equilíbrio econômico e financeiro, conforme definido na alínea "b", do § 1º, do art. 1º, ao ciclo econômico da cadeia produtiva por equidade e, conforme definido na alínea "b", do § 1º, do art. 1º, cobrir déficit das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS**

participante do Sistema Único de Saúde (SUS) de natureza complementar, Hospitais Benéficos ou Filantrópicos, Hospitais Universitários e de Ensino, Entidades Benéficas ou filantrópicas e Organizações Benéficas ou Filantrópicas.

§ 4º As disposições previstas no §1º do art. 1º e nos incisos III e V do art. 2º, atendem a garantia de equilíbrio fiscal, por superávit orçamentário, na destinação suplementar dos recursos para as despesas previstas no inciso VI do art. 2º, desta lei.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

## **JUSTIFICATIVA**

Considerando a crise de preços dos combustíveis elevados pela política de equiparação a variação índices que tem afetado, de um lado, a ordem econômica e o consumidor, por razões de volatilidade de preços e, de outro, pela alegação de necessidade de compensar compromissos com garantias recíprocas de estabilidade diante da incapacidade de antecipar variáveis tão sensíveis a movimentos não controlados;

Considerando que a existência de benefícios fiscais não são nada mais que um favor fiscal, precário, para atender a políticas contemporâneas que motivaram a sua existência, pelo fato público de sabermos que a maior beneficiária, a Petrobás, somente





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Nereu Crispim - PSD/RS**

neste ano comemorou junto a seus acionistas partilha de dividendos com base em um valor superior a R\$100 bilhões de reais;

Considerando a carência da saúde por políticas de sustentabilidade econômica, com remunerações defasadas, e no intuito de melhorar o acesso. Procedimentos de média e alta complexidade a toda a população brasileira;

Diante do exposto, pela constitucionalidade, juridicidade, economicidade e convergência ao momento econômico-político, pede o apoio aos nobres parlamentares a fim de aprovar o presente projeto, conforme apresentado, com a máxima urgência.

Sala das Sessões,        de        de 2022

**DEPUTADO FEDERAL NEREU CRISPIM (PSD/RS)**

